

# A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA “QUESTÃO AGRÁRIA”: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA JUNTO A MOVIMENTOS SOCIAIS<sup>1</sup>

Caroline Magalhães Lima

## Introdução

No debate profissional há certa compreensão de que, sob o modo de produção capitalista, a “questão agrária” é tomada como uma expressão da “questão social” que contém e transpõe uma multiplicidade de outras expressões. Relacionada intrinsecamente à particularidade do processo de formação social do espaço, a “questão agrária” no Brasil contém elementos que a partir de seu imbricamento com a “questão regional” e com o próprio racismo estrutural, perpassam o cotidiano da vida no campo, em que a autocracia burguesa, constituída historicamente nesse processo, reforça os elementos de dominação a partir da busca por hegemonia, operada com ofensivas materiais e ideológicas contra as classes subalternas. Essa hegemonia construída historicamente à “sangue e fogo”, encontra na classe trabalhadora e camponesa e em seus ascendentes uma história de resistência. Rebeliões de escravos, ataques indígenas, fugas, formação de quilombos, o enfrentamento à grilagem, formas possíveis de resistência atravessam a história do Brasil e revelam a luta de classes como elemento que marca o cotidiano<sup>2</sup>.

Historicamente, o campesinato tem lutado por formas de garantir as condições de sua reprodução social, o que também envolve o reconhecimento de direitos por parte do Estado. Uma das formas possíveis de atendimento às necessidades, transformadas em bandeiras de luta por alguns movimentos, são as políticas sociais, implementadas pelo Estado e objeto de atuação de assistentes sociais, cuja prática assume contornos diferenciados no campo e na cidade, demandando que no momento de formação profissional, as particularidades e a relação entre esses espaços

<sup>1</sup>DOI- 10.29388/978-65-81417-77-2-0-f.265-280

<sup>2</sup> Recomendamos aqui o estudo da obra de Clóvis Moura, autor de grande referência para a autora, em especial seu livro *Rebeliões de Senzala*.

sejam reconhecidas, identificadas e trabalhadas, a fim de qualificar a atuação profissional<sup>3</sup>, debate apresentado e contido nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social concebidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996).

Uma forma possível de organização do campesinato são os movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). A discussão sobre os movimentos sociais do campo perpassa a formação e o exercício profissional em Serviço Social, e aqui, destacamos o MST, tendo em vista sua atuação histórica relacionada às lutas gerais dos trabalhadores e das trabalhadoras<sup>4</sup>, além da luta desse movimento no reforço à democracia, equidade, e justiça social – valores que fundamentam o Código de Ética da/o Assistente Social (CFESS, 1996).

Cada vez mais se faz importante destacar a questão da luta pela terra e da luta de classes no processo de constituição do espaço social brasileiro no processo de formação profissional, como se apresenta nas Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS, uma vez que assim, compreendendo as contradições no campo brasileiro e suas repercussões nas cidades e florestas, a prática profissional se subsidia de elementos para pensar a própria implementação das políticas sociais na particularidade

---

<sup>3</sup> Um dos motivos que estimula a autora à redação desse artigo é justamente a identificação de carência de espaços de debate sobre a prática profissional de assistentes sociais no campo brasileiro. Ministrando aulas a pouco mais de quatro anos, muitas foram as vezes que estudantes perguntaram qual a necessidade de estudar, no processo de formação profissional, a “questão agrária”. Por vezes sequer compreendiam a relevância dos estudos sobre os processos de formação socio-histórica de nosso espaço. Destacar a importância desse debate para a formação profissional é uma das intenções desse artigo, uma vez que o campo brasileiro concentra um volume de assistentes sociais atuantes que necessitam subsidiar sua intervenção a partir das especificidades do cotidiano de vida no campo, da compreensão histórica dos conflitos por terra no Brasil, da transversalidade com outras disciplinas, temáticas e expressões da “questão social”, buscando visualizar as possibilidades e os campos de atuação que se constituem, afirmando nossa profissão nesse gigantesco campo.

<sup>4</sup> Combatendo a exploração do trabalho análogo ao escravo, denunciando o descaso público em relação à apropriação indiscriminada da água e a insuficiente política de convivência com o semiárido e com as secas, denunciando e combatendo o uso indiscriminado de agrotóxicos e a produção de alimentos transgênicos, a insegurança no trabalho do campo, a degradação socioambiental, o desmatamento, a desertificação, o racismo socioambiental, a violência contra as mulheres e a população LGBTQI+, pautando a luta pela Reforma Agrária Popular, pela Agroecologia, pela agricultura familiar, pela Segurança Alimentar, etc.

que lhe cabe e as formas de enfrentamento às expressões da “questão social” nele manifestas.

No âmbito da “questão agrária” as/os assistentes sociais encontram espaços de atuação profissional que possibilitam uma articulação direta com pautas vinculadas à luta por terra e pela permanência nela. Espaços institucionais como INCRA, EMATER, além de espaços que transitam e enfrentam a “questão agrária” de forma direta e indireta no cotidiano da prática, como a atuação em CRAS e CREAS, em NASF, Hospitais, Conselhos Tutelares etc. de municípios em que as expressões da “questão agrária” se manifestam de forma mais conspícua, além de atuações em escolas do campo. Porém, outra via de atuação é possível, no âmbito da assessoria, consultoria e formação (via associações, cooperativas agrícolas e movimentos sociais), em que a/o assistente social poderá contribuir com a formulação de Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), com a Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), com a assistência técnica e extensão rural, com a formulação e/ou implementação de projetos sociais, com a mobilização comunitária, a resolução de conflitos e a formação (política, de direitos) dentre outras possibilidades.

Esse artigo visa compartilhar uma experiência profissional junto ao MST na cidade de Aracati, município localizado no interior do Estado do Ceará, realizada entre 2016 e 2018. O trabalho profissional se deu vinculado à Brigada Bernardo Marín, do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), visando à assessoria e ao apoio político, com o fortalecimento de suas pautas nos processos de luta pela terra, de disputa de hegemonia no município e de reconhecimento de territórios, mesmo aqueles já consolidados com Projetos de Assentamentos aprovados pelo INCRA, que, no entanto, passavam por processos de esvaziamento das políticas sociais direcionadas para sua população, bem como por situações de desmobilização.

## **I. Breves considerações sobre o processo de desenvolvimento histórico-espacial da formação brasileira e a luta pela construção da hegemonia**

O processo de formação do espaço social brasileiro tem a marca

da colonização, do racismo, do patriarcado e da produção baseada no latifúndio monocultor como formador de relações sociais em que a dominação e a direção societária estruturaram uma hegemonia atrelada às oligarquias agrárias. Desde o início do processo de colonização brasileiro, a exportação de produtos para o mercado europeu seguia a exigências dos países em que a indústria se desenvolvia (PRADO JR., 2011), revelando uma integração ao processo de acumulação primitiva. O sistema de organização das terras em sesmarias (grandes extensões territoriais sob o domínio de um possessor) e o escravismo<sup>5</sup>, cujo suporte ideológico era o racismo, garantiram as condições necessárias à instalação e ao sucesso da *plantation*.

Com a revogação da lei das sesmarias, em 1822, a posse direta tornou-se o meio de “apropriação” do solo, com uso da força e do poder político-econômico como mediador, resultando em inúmeros conflitos territoriais que pouco constam nos anais da história. Tal modelo concorreu ainda para a consolidação do latifúndio agroexportador, cuja origem está na própria organização colonial. Cerca de 20 anos depois, a “Lei das Terras” (1850) inaugura o “mercado de terras” no Brasil (MARICATO, 2003), em que aqueles que não possuíam meios de compra e registro de terras, ocupavam-na na ilegalidade, como seria o caso de pessoas recém-libertas e de trabalhadores livres e pobres.

A “Lei das Terras” não surge de forma espontânea, mas num determinado contexto: o de desenvolvimento do modo de produção capitalista, em que se ampliavam as pressões – principalmente inglesas – à coroa brasileira pela abolição da escravidão no país, visando à implantação também de um mercado de trabalho, em que ocorresse a livre comercialização da força de trabalho, uma vez que o assalariamento custava menos e aceleraria o processo de produção de capital (MOURA, 1959). O mercado de terras se fazia necessário à obtenção de renda fundiária (rural

---

<sup>5</sup>De início, a força de trabalho escrava indígena foi a mais utilizada, perdurando por cerca de um século, porém, não sem resistências. Confederação dos Tamoios (1562-1563), “Guerra dos Bárbaros”, ou Confederação dos Cariris (1683-1713), e Guerra dos Guaranis (1753-1756) são apenas os exemplos mais conhecidos da história brasileira, segundo Morissawa (2001). E foi a resistência indígena, junto ao choque cultural em relação ao exercício do trabalho, que levou à substituição de sua força de trabalho pela africana, principalmente oriunda de Angola, que já possuía um “mercado de escravos” consolidado (MOURA, 1959).

e urbana), uma vez que o trabalho – livre – incorporado à terra acumulava valor, em um processo de valorização do próprio capital<sup>6</sup>.

Para a nascente indústria, a criação do mercado de trabalho era fundamental (OLIVEIRA, 1980), apontando desde sua origem o imbricamento entre a raiz da questão agrária e da questão urbana. Com o fim da escravidão legal no Brasil, uma enorme massa de trabalhadores se torna livre, porém, despossuída, sem-terra, sem condições de plantar, já que não possuía os meios para aquisição da terra (MORISSAWA, 2001), e ainda viviam sobre relações sociais que reproduziam ideologias racistas e segregadoras. Naquele contexto, a terra passou a ser o centro de disputas, enquanto principal meio de produção e riqueza, ampliando-se os conflitos por esta em todo o país e exigindo uma maior intervenção do Estado (MORISSAWA, 2001).

No processo de transição do Império à Primeira República (1889-1930), o Brasil vivenciou profundas transformações em suas relações sociais de produção e em sua configuração socioespacial, iniciando-se, ainda que timidamente, um processo de urbanização (OLIVEIRA, 1980). O processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil se deu de forma subordinada, em que a produção nacional estava voltada à exportação de matérias primas e alimentos para a indústria europeia, os conflitos pela terra já se expressavam como conflitos entre duas classes: a dos capitalistas, proprietários de terra e de demais meios de produção, e de trabalhadores, do campo e da cidade, possuidores apenas de sua força de trabalho. Nesse período se mantêm e ampliam as relações de propriedade da terra e o modelo de produção do latifúndio agroexportador (OLIVEIRA, 1980).

A partir de 1930, observam-se alterações significativas nas relações entre capital e trabalho no campo e na cidade. Com a chamada Revolução de 1930, o Estado intervém declarada e concretamente no processo de industrialização e urbanização do país, iniciando-se seu processo de “modernização” e de tentativa de quebra de hegemonia dos setores da oligarquia agrária, que ainda concentrava riqueza e terra, mas perdia poder político. Porém, como afirma Iamamoto (2011, p. 135) “[...] a ve-

---

<sup>6</sup> Recomendamos o estudo do livro III de O Capital. Crítica à Economia Política., de Karl Marx.

lha oligarquia agrária recompõe-se, moderniza-se economicamente, refaz alianças para se manter no bloco do poder, influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa no Brasil.”

A questão agrária se expressa de forma cada vez mais concreta nesse cenário de transformações nas relações sociais de produção. Se nesse período a classe trabalhadora se reorganiza e intensifica sua luta por melhores condições de trabalho e direitos no campo e na cidade, se o próprio Estado se moderniza, buscando no nacional-desenvolvimentismo a quebra da hegemonia da oligarquia agrária, esta também se reorganizará, com a formação de e investimento em novos aparelhos privados de hegemonia, que disputarão o domínio e a direção política da sociedade, principais elementos de constituição de hegemonia.

A produção agrícola se voltava não apenas à exportação de matérias primas para os países de capitalismo central, mas tinha a tarefa de produzir alimentos a baixo custo, para o mercado interno, a fim de garantir um barateamento do custo da força de trabalho urbana. Mantinha-se então uma política cambial que auxiliava na transferência de excedentes do setor agrícola para o setor industrial, garantindo a produtividade da indústria. Por outro lado, tal modelo político-econômico acarretava um crescente endividamento externo, além de um rebaixamento salarial da força de trabalho (OLIVEIRA, 1980), acirrando-se a “questão social” e suas diversas expressões. Diante desse cenário, surgirão diversos movimentos camponeses e de trabalhadores urbanos.

No campo os conflitos se acirram, ampliando a necessidade de organização dos trabalhadores e posseiros, que culminariam em três grandes organizações: as Ligas Camponesas<sup>7</sup> (1945), a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB<sup>8</sup> (1954) e o Movimento dos

---

<sup>7</sup> As Ligas Camponesas surgem da necessidade de resistência às expropriações e desocupações forçadas, e à expulsão ilegal de trabalhadores e pequenos proprietários de suas terras, denunciando o monopólio de classe sobre a terra e a necessidade de sua socialização. Agitadas pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, as Ligas Camponesas atuavam em quase todos os estados brasileiros, até serem declaradas ilegais (assim como o PCB), em 1947, por Eurico Gaspar Dutra, sofrendo seus militantes forte repressão, perseguição e assassinatos (MORISSAWA, 2001). Com sua retomada na década de 1950, no estado de Pernambuco, retoma-se mais uma vez a pauta da Reforma Agrária radical como necessidade nacional e urgente.

<sup>8</sup> Outro movimento, também fundado pelo PCB, foi a União de Lavradores e Trabalha-

Agricultores Sem Terra - MASTER<sup>9</sup> (1950) (MORISSAWA, 2001). Tais movimentos travavam a luta no campo, mas buscavam também a construção de contra-hegemonia, não apenas com o combate e a denúncia à oligarquia agrária, mas também com uma prática política diferenciada, de combate ao coronelismo vigente.

O avanço das lutas no campo e na cidade, em um contexto internacional de Guerra Fria, em que o socialismo se apresentava como alternativa à classe trabalhadora impactou o cenário político nacional, marcado por tensionamentos e diversas tentativas de golpes antidemocráticos. Segundo José Paulo Netto (2014), com a conjuntura política instável, constantemente ameaçada por golpes, e uma recessão econômica persistente, “Jango” propõe como saída à crise um amplo projeto de reformas de base, que compreendia propostas de reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária e fiscal, reforma bancária, dentre outras. Com a reforma agrária, haveria uma quebra no monopólio oligárquico e a socialização da terra, visando à ampliação da oferta alimentar e diminuição do êxodo rural (NETTO, 2014). Tais propostas nunca chegaram a ser concretizadas devido ao golpe Civil Militar instaurado em 1º de abril de 1964, que marca a derrota das reformas de base.

O hiato de mais de 300 anos nas legislações que regulamentavam a posse e a propriedade de terras brasileiras (MARICATO, 2003) incentivou a prática de grilagem e a violência das expropriações, que buscaram garantir a propriedade privada de largas extensões do solo no campo. O “Estatuto da Terra”, aprovado em 30 de novembro de 1964, reforçava o modelo do grande latifúndio monocultor, com uma proposta de modernização baseada no uso intensivo de maquinário e de agroquímicos, apesar de indicar em sua redação a regulação de uma Reforma Agrária, pautada em um projeto de colonização, que intensificava os confrontos entre camponeses e povos originários (SANTANA, 2014) e reforçava a

---

dores Agrícolas do Brasil – ULTAB, com caráter que se aproximava do sindicalismo, tendo como objetivo a coordenação das associações camponesas e a criação de uma aliança operária-camponesa. A ULTAB se espalhou pelo Brasil, ganhando força expressiva em diversos estados (MORISSAWA, 2001).

<sup>9</sup> Já o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER surgiu no Rio Grande do Sul como necessidade de organização da luta de cerca de 300 famílias de posseiros, no município de Encruzilhada do Sul, crescendo em todo o estado através da ocupação de grandes latifúndios.

hegemonia dos setores já dominantes. Em 1970, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (FONSECA, 2006), ocorre o fortalecimento de grupos econômicos que controlavam projetos de colonização da região Amazônica<sup>10</sup> e agropecuarista, reforçando as expropriações, o modelo latifundiário e a degradação ambiental e configurando-se como tentativa de apassivamento da luta da classe trabalhadora no campo, com o terrorismo estatal do período ditatorial combatendo duramente as organizações da classe trabalhadora, buscando enfraquecê-la e despolitizá-la (NETTO, 2014).

Com o processo de reorganização da classe trabalhadora no campo e na cidade, no final da década de 1970, com a crise que assolava a ditadura militar brasileira e o próprio desgaste do governo militar, ganha força o movimento de luta pela redemocratização do país (NETTO, 2014). Em 1981, começam a ocorrer reuniões, puxadas pela Comissão Pastoral da Terra com lideranças camponesas, culminando no I Encontro Nacional dos Sem Terra, em 1984, onde é fundado o MST (MST, 2009).

O MST é reconhecido como o principal movimento social atuante sobre a questão agrária, por sua luta pela Reforma Agrária Popular, pela problematização das contradições entre capital e trabalho no campo brasileiro, pelas ações diretas de denúncia e combate às injustiças sociais, pelas práticas transformadoras de educação e defesa dos direitos humanos, pelas discussões e elaborações acerca da poluição e destruição ambiental causada pelo agronegócio e a necessidade de práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, dentre tantas contribuições que a coletividade massiva desse movimento é capaz de construir em comum.

## **II. O trabalho da/do assistente social com movimentos sociais na luta pela terra**

Podemos afirmar que o projeto político do MST encontra aproximações no Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Ambos possuem raízes no movimento pela redemocratização do país, momento de ascenso da luta de classes no campo e na cidade, durante a década de

<sup>10</sup> Lembrando que nesse período inicia-se a corrida pelo ouro e pelo diamante no Pará, particularmente na região da Serra Pelada, com um grande volume de migrações para a região, principalmente de nordestinos.



1980 e que amadurece nas décadas seguintes, ganhando cada vez mais corpo. Porém, é preciso entender que uma atuação junto a um movimento social pautada em um projeto profissional não pode ser confundida com uma militância política. Este é um desafio a que a/o assistente social que trabalha com movimentos sociais está submetido.

Um desafio apontado por Yamamoto (2000) que cabe ser mencionado é a diferenciação entre a prática profissional e a prática militante. A fim de que a prática não se comprometa, é preciso avaliar e dimensionar a relação profissional – militância. Para isso, é preciso diferenciar o objetivo do movimento e o objetivo do trabalho profissional, ainda que estes se conectem no resultado. Por isso, a/o assistente social deve utilizar de sua criatividade e de seus instrumentos técnicos para racionalizar o processo de planejamento de sua intervenção a fim de mediar as demandas postas com a realidade de seu trabalho.

As contradições vivenciadas no campo estarão presentes em todo o processo de elaboração e implementação do trabalho da/do assistente social junto aos movimentos sociais, em alguns casos, com um maior peso. Além do processo de precarização, que dificulta a articulação com profissionais de equipamentos públicos, muitas vezes necessários para o alcance dos objetivos do trabalho desenvolvido junto aos movimentos sociais, as práticas do compadrio, do coronelismo, do assistencialismo e do clientelismo perpassam a operacionalidade das políticas sociais. Tais contradições afetam diretamente a relação entre assistente social que atua com o movimento social e assistente social ou outros profissionais de equipamentos públicos que viabilizam direitos e políticas sociais, necessários para se alcançar determinados objetivos de trabalho. Assim, a articulação deve ser buscada com estratégias que contornem ou minimizem tais elementos, que compõem até hoje a realidade de diversos municípios do Brasil.

A/O assistente social deve buscar criar estratégias que visibilizem e viabilizem a demanda posta pelo movimento, como problemática social, coletiva, que deve ser compreendida e debatida pelo conjunto da sociedade, criando então condições para a constituição de espaços de contra hegemonia. Para isso é preciso articulação e divulgação de ações que gerem reflexões e ampliem a visibilidade das questões trazidas pelos

movimentos, utilizando desde as ferramentas de comunicação disponíveis, até o domínio teórico-metodológico da questão a fim de qualificar e legitimar não apenas o discurso, como as formas de enfrentamento à “questão agrária” e suas expressões.

A partir das demandas colocadas pelos movimentos sociais, associações, cooperativas, populações do campo, é possível à/ao assistente social delinear um objetivo de trabalho que a/o leve à elaboração de seu plano de trabalho, instrumento indispensável à sua ação. Nesse, as dimensões ético-política e técnico-operativa devem permanecer casadas, a fim de que a elaboração da metodologia de atuação profissional cumpra com nossos princípios éticos e se realize de forma coerente e competente.

Algumas possibilidades de atividades a serem desenvolvidas:

- Organizar, assessorar e acompanhar grupos produtivos, coletivos e culturais;
- Servir de suporte na mobilização, organização e formação política e técnica de grupos que venham a incentivar o desenvolvimento de espaços de socialização;
- Prestar assessoria técnica a grupos, organizações e movimentos sociais, equipes multidisciplinares, no sentido de possibilitar a articulação, orientação e preparação de seu projeto de intervenção;
- Atuar na formação mediante o desenvolvimento de ações e projetos junto às escolas e equipamentos coletivos (EJA, cursos profissionalizantes e de capacitação etc.);
- Articulação com demais profissionais que atuam no local (médicos, educadores, agentes de saúde, agrônomos etc.) para o desenvolvimento de projetos e garantia de efetivação das políticas e programas sociais;
- Elaboração de Diagnósticos, Estudos de Situação e Pesquisas Sociais;
- Colaboração nos processos de planejamento coletivos e participativos no âmbito da produção ou/e no âmbito da formação e organização;
- Formação e assessoria técnica no âmbito da produção (perspectiva de Cooperação agrícola e gestão coletiva);

- Formação e assessoria no âmbito do acesso aos direitos sociais (inclusive com encaminhamento aos órgãos públicos responsáveis);
- Coordenação das equipes multidisciplinares; dentre outras.

### **III. A experiência em Aracati (CE)**

O trabalho ora relatado ocorreu entre os anos de 2016 e 2018, no município de Aracati, interior do Ceará, a partir de uma demanda da Brigada Bernardo Marín, vinculada ao MST, em que se buscava enfrentar os ataques deferidos contra sua luta no município, a partir da construção de uma contra hegemonia, que aproximasse cada vez mais pessoas para apoiar o movimento, criminalizado no contexto do processo de construção do golpe jurídico-midiático-parlamentar que marca nossa história recente. A partir da constituição de um convênio entre uma associação de moradores de um dos assentamentos acompanhados pelo movimento na região e uma faculdade privada, foi coletivamente construído um projeto em que se buscava estimular a participação e aproximação de estudantes a movimentos sociais atuantes em toda a macrorregião e realizar um trabalho de mobilização e identificação de demandas juntos aos camponeses residentes em assentamentos, no acampamento rural e na ocupação urbana acompanhada pelo movimento no município.

A metodologia elencada exigia um exercício de atendimento às demandas institucionais da faculdade em questão - operado através da elaboração de um projeto de Extensão e da preceptoría no acompanhamento ao médico popular do movimento, que realizava atendimentos e visitas aos assentamentos na região, através de planejamento e articulação do MST – bem como às demandas do próprio movimento, representado pela Brigada Bernardo Marín. Após uma série de reuniões conjuntas com representantes da associação de moradores do assentamento responsável pelo convênio, com a direção da Brigada Bernardo Marín, para escutar seus objetivos de curto, médio e longo prazo, foi possível a realização de um planejamento que embasou a construção do projeto de extensão e do plano de trabalho da assistente social.

O desdobramento do trabalho se deu nestas duas frentes. A primeira envolvia a atuação direta com o movimento, em que foram reali-

zadas: 1) Visitas domiciliares em assentamentos junto ao médico popular no sentido de informar e incentivar os cuidados com a saúde e de levantar as demandas de assentados/as a serem apresentadas às instituições municipais; 2) Conversas com assentados(as) para mobilização e incentivo à participação em atividades organizadas pelo movimento, no sentido de fortalecer a coletividade e a vida em comum nos assentamentos, constantemente assediados por políticos locais; 3) Escutas qualificadas para apuração de demandas e encaminhamento para a rede socioassistencial do município; 4) Apresentação de informações relevantes para a garantia e efetivação de direitos sociais; 5) Elaboração de questionários para execução de um diagnóstico social, com a análise dos dados, apresentação de resultados para a Brigada em reunião e em formato de relatório; 6) Realização de espaços de formação política voltados aos dirigentes do movimento sobre a “questão agrária” no Brasil e a conjuntura etc.

A segunda envolvia a única faculdade (até então) com curso de Serviço Social em modalidade presencial da região, em que foram realizados: 1) Um projeto de extensão envolvendo quatro estudantes do curso, que desenvolveram atividades de formação em Direitos Humanos junto ao Acampamento Araguaia e à Ocupação Jacinta Sousa, além de participarem da pesquisa para elaboração do diagnóstico social; 2) Aulas de campo com estudantes em assentamentos, comunidades quilombolas e acampamento com participação de moradores e da direção da Brigada; 3) Realização de mesas de debates e palestras na faculdade com membros da Brigada e de outros movimentos sociais atuantes na macrorregião; 4) Oferta de um minicurso sobre “questão agrária” e Serviço Social voltada a discentes e profissionais; 5) Oferta de um minicurso sobre Marxismo e Serviço Social; 6) Realização de palestra sobre as diversas lutas sociais em comemoração ao Dia do/da assistente social com representação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); 7) Grupo de estudos sobre Serviço Social e movimentos sociais; enfim, foram realizadas diversas atividades, que se apoiaram em um instrumental técnico desenvolvido pela assistente social de acordo com a particularidade da demanda levantada pelo movimento e pela instituição conveniada, o que exigia criatividade, diálogo e transparência.

Observou-se a ampliação do interesse de estudantes do Curso de

Serviço Social da instituição em conhecer e articular assuntos concernentes à formação profissional com os movimentos sociais, em especial ao Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à Organização Popular de Aracati (OPA) e à Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), movimentos que sempre estiveram nas lutas desenvolvidas na macrorregião em que se localiza o município. Também se observou a partir de diálogos e dúvidas apresentadas por estudantes um interesse de aproximação com a realidade de pessoas que de alguma forma participam de movimentos, e em discussões sobre os temas: “Democracia”, “Participação”, “Questão Agrária”, “Questão Ambiental”, “Questão Social”, e “Atuação Profissional do Serviço Social e Movimentos Sociais”, o que pode ser constatado pela demanda por aulas de campo, cursos, grupos de estudos, aumento da participação de estudantes em atos e greves realizados no município, além do interesse de pessoas da própria cidade, com convites para entrevistas em programa de televisão local, palestras em escolas secundaristas, dentre outros.

Em relação aos assentados, observou-se um maior nível de engajamento e de organização das pautas, levantadas a partir do exercício de escuta, sistematizadas e apresentadas pela assistente social em reunião com esses. Também foi possível vislumbrar maior apoio ao movimento na região, com a participação de mais jovens em atos e atividades puxadas pelo MST, além de uma campanha de solidariedade ao Acampamento Araguaia, com arrecadação de alimentos, roupas e materiais para a escola improvisada. Também foi fortalecido o vínculo entre assentados/acampados/ocupantes e membros da Brigada Bernardo Marín na região. O respaldo do movimento na região também foi ampliado com o fato de que este passou a ser chamado para participar e contribuir com a organização de outras lutas não apenas no município de Aracati, mas em toda a região, como no caso da resistência à carcinicultura no município de Fortim-CE, na denúncia à produção de energia eólica que desapropriava a comunidade quilombola e destruía o patrimônio histórico indígena da região, na luta dos movimentos feministas da região contra o alto índice de violência contra a mulher, dentre outros exemplos.

Por outro lado, diante da conjuntura de golpe e ascensão do conservadorismo, com o acirramento da disputa eleitoral que levou Jair Bol-

sonaro à presidência da república em 2018, observou-se uma tendência à maior tentativa de criminalização dos movimentos sociais localizados no espectro político da esquerda, em especial ao MST. Essa tendência também foi observada no município de Aracati, onde os militantes da Brigada passaram por uma tentativa de desmoralização a partir do levantamento de *fake news*, associando a ocupação urbana Jacinta Sousa à elevação da criminalidade no município, além de constantes ameaças à integridade física e à própria vida de seus e suas militantes, levando à suspensão do projeto de extensão até então exercido e em fase de ação.

Isso aponta desafios para a realização efetiva do exercício profissional junto a movimentos sociais diante dessa conjuntura, em que o capital, além de capturar o fundo público, realizar um desmonte dos direitos e das políticas sociais, com a constante tentativa de mercantilização destes, também possui setores que financiam os constantes ataques da extrema-direita à organização e a direitos historicamente conquistados pelos movimentos sociais.

### **Considerações Finais**

Além dos limites próprios da política econômica neoliberal, que opera contrarreformas e um ajuste fiscal permanente, retirando e reduzindo direitos sociais, com o assalto ao fundo público impactando o cotidiano de vida da classe trabalhadora da cidade e do campo, a/o assistente social se defronta em seu exercício profissional com todo um processo de precarização de sua prática, com o desmonte das políticas sociais e das instituições que a/o empregam. Além disso, enfrentamos como desafio as repercussões das reconfigurações na relação entre Estado e Sociedade civil: com a flexibilização; o caráter público da ação cada vez mais comprometido, com a retomada de práticas populistas, focalistas, clientelistas e reforço do gerencialismo; além da instabilidade nos empregos, na saúde, na vida. Outro desafio, que se conecta aos anteriormente mencionados, mas que merece ser sublinhado é a troca contínua de profissionais, a insegurança e instabilidade nos empregos, que atrapalha a continuidade do vínculo e do trabalho construído com usuários/as e comunidades, além do elevado grau de captulação e reforço ao clientelismo, inclusive em relação à empregabilidade, com a prática das indicações políticas em cargos

comissionados.

Outro limite que se delinea no horizonte da prática de assistentes sociais com movimentos sociais do campo está no próprio âmbito da formação que necessita de uma ampliação da discussão da literatura que identifique as particularidades da “questão agrária” e a atuação do/a profissional. É preciso ir além, retomar a discussão sobre a relação entre terra e trabalho, buscando evitar a compartimentação das questões agrária, urbana e ambiental, tendo em vista a relação intrínseca constituída entre estas expressões da “questão social”. Assim, o processo de sistematização e compartilhamento de experiências profissionais que buscam reforçar as práticas *comuns* de uso e ocupação dos territórios por povos e comunidades tradicionais, e da diversidade existente em sua relação com a terra, seu uso e os modos de vida a ela associados, seja através de artigos em livros, revistas, ou mesmo *workshops* devem perpassar a dimensão teórico-metodológica da formação profissional e contribuir no sentido de enriquecer o trabalho coletivo do conjunto da categoria.

## Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 06 set. 2020.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Grupo de Trabalho e Pesquisa em Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 27, p. 223-232, jan./jun. 2014.

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. *In*: CFESS. **Serviço Social: direitos e competências.** Brasília: CFESS, 2009. p. 461-458.

CONSELHO Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais.** Brasília: CFESS, 1996.

FOSECA, L. M. Semear Sonhos. *In*: MARQUES, A.; MATTZA, A. F.; FRANCUCCI, A. (Orgs.). **Memória Incra 35 anos.** Brasília: Ministério

- do Desenvolvimento Agrário/INCRA, 2006. p. 206-210.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, São Paulo, agosto de 2003, v. 17, n. 48, 2003. p. 151-166.
- MATOS, M. C. de. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. *In*: CFESS. **Serviço Social: direitos e competências**. Brasília: CFESS, 2009. p. 513-529.
- MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOURA, C. **Rebeliões de Senzala**. Coleção “Questão social no Brasil”. 6. v. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1959. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584886/mod\\_resource/content/2/14%20-%20Rebeli%C3%B5es-da-Senzala-Clovis-Moura\\_Completo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584886/mod_resource/content/2/14%20-%20Rebeli%C3%B5es-da-Senzala-Clovis-Moura_Completo.pdf). Acesso em: 15 set. 2021.
- MST. Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra. **A História do MST (1984-2009)**. Fortaleza: MST Ceará, 2009.
- NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.
- OLIVEIRA, F. de. **A Economia da dependência imperfeita**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- SANT’ANA, R. S. A realidade agrária e o trabalho do assistente social na interface com os assentamentos rurais. *In*: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 263-277.